

Senhor Presidente da República

Senhor Presidente da Assembleia da República

Senhor Primeiro-Ministro

Senhores Presidentes dos Tribunais Superiores

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Vereadores

Minhas Senhoras e meus senhores

Faz hoje 110 anos que, da varanda desta Câmara Municipal de Lisboa, foi proclamada a República Portuguesa.

A instauração da República foi um ato fundador da modernidade política e social em Portugal e é esse marco transformador que aqui celebramos hoje.

Mais de 100 anos depois os ideais republicanos continuam a nortear a acção e o pensamento político de parte importante do país. O direito à educação, à saúde e à habitação para todos como bases de uma sociedade guiada pelo primado da igualdade de

oportunidades são valores por muitos partilhados. No fundo, uma ideia de comunidade de iguais como resposta aos imensos desafios que se impunham e impõem ao país.

É a essa ideia de comunidade que temos de ir buscar forças e inspiração. Em poucos meses os preceitos e hábitos que dávamos por adquiridos na nossa vida foram quase todos questionados e transformados. Rotinas foram desfeitas, comportamentos alterados, rituais e encontros familiares tiveram de ser mudados ou anulados.

Uma pandemia como a que vivemos, sem paralelo em mais de um século, não chegou com manual de instruções. Autoridades públicas, profissionais de saúde, agentes económicos e cidadãos em geral estamos a aprender, em tempo real, a responder a uma crise de saúde pública sem igual - a que se juntou uma queda da atividade económica sem paralelo.

Os portugueses foram respondendo exemplarmente sempre que solicitados a mais um passo para nos protegermos. Mas passados

sete meses são evidentes os sinais de desgaste, de cansaço e de ansiedade de muitos pelo prolongar da situação. A dureza que representa o afastamento físico prolongado de filhos, pais, avós e dos mais próximos começa a deixar marcas. E lidar em simultâneo com o receio da infeção de si próprio e dos seus mais próximos, ao mesmo tempo que se anseia pelo retomar da normalidade das mais variadas atividades e comportamentos gera contradições múltiplas difíceis de gerir.

Este é pois um momento de grande exigência para todos os responsáveis políticos.

É o momento de ***prosseguir uma política de verdade sobre a evolução da pandemia.*** Não escamoteando dificuldades e sobretudo afirmando o facto de por agora ainda estarmos entregues a nós próprios, aos nossos comportamentos e aos nossos atos como únicos instrumentos eficazes ao dispor para controle da situação.

É o momento de ***prosseguir a adaptação da realização das diversas atividades coletivas à situação da pandemia***. O vírus não irá desaparecer no curto prazo e não poderemos voltar a uma situação de confinamento completo. A só pode ser portanto a de adaptar a realização das diferentes atividades a modelos de minimização dos riscos de saúde pública.

Adaptar e não proibir é seguramente um processo complexo e exigente, mas que devemos prosseguir com afinco nos vários domínios, do laboral ao cívico (a cerimónia hoje, realizada com as necessárias e adequadas medidas é um bom exemplo), da educação ao desporto. Quero saudar aqui as dezenas de milhar de profissionais que estão envolvidos numa das mais exigentes operações deste período que está a ser o da reabertura das escolas e instituições de ensino. Professores, auxiliares, profissionais de saúde, da proteção civil, pais e alunos estão a fazer o seu melhor e podemos até agora dizer que o tão necessário regresso às aulas de milhões de alunos tem ocorrido num quadro de reduzido riscos de propagação.

Este é também o momento de ***prosseguir a cooperação entre todos, no sentido da diminuição dos riscos de saúde.*** Quero referir aqui a continuação do trabalho das equipas multidisciplinares (saúde, proteção civil municipal, segurança social, forças de segurança, juntas de freguesia) junto das populações mais vulneráveis, num trabalho essencial para assegurar condições básicas de vida e de cumprimento dos confinamentos, nomeadamente através da provisão de alimentação, de apoios sociais, ou de alternativas perante alojamentos débeis. Destaco também iniciativas como a que junta a CML, o Ministério da Saúde e a SCML, no sentido de assegurar a rápida vacinação contra a gripe de todos os 165.000 cidadãos da cidade de Lisboa com mais de 65 anos e outros em situação vulnerável, através de equipas móveis capazes de uma ação de proximidade incluindo vacinação no domicílio.

Senhor Presidente,

Minhas Senhoras e meus Senhores

Este é também o momento de ***proteger, sem hesitações, o músculo económico e social do país*** e de levarmos a cabo as políticas que permitam vencer desafios estruturais do nosso modelo de desenvolvimento.

Não podemos esquecer que vivemos a segunda crise de dimensões históricas numa década. Os portugueses ainda sentem o que custa reconstruir o que se perdeu e a sarar as feridas deixadas pela devastação do emprego e de direitos. Memórias que nos convocam energicamente para proteger o músculo da economia, e dos seus agentes mais dinâmicos, e a defender o emprego e direitos vitais para a recuperação económica. Saúdo pois medidas tão importantes como a extensão das moratórias nos créditos ou do novo layoff simplificado.

Desta vez a resposta europeia foi diferente da crise de 2008, e apesar das dificuldades, foi possível criar poderosos instrumentos que urge saber mobilizar.

A resposta à crise deve mobilizar o país com a mesma energia com que nos mobilizámos para proteger a saúde de todos. Não escolhemos o vírus, mas somos nós que escolhemos como responder à crise social e económica.

Quero aqui saudar o Governo, de forma clara, pela proposta de Plano de Recuperação e Resiliência que colocou a debate público e que irá ser aprovada no próximo dia 14. Saudar pela rapidez na elaboração, tendo em vista fazer de Portugal um dos primeiros países com acesso aos novos fundos e saudar pelas prioridades já definidas.

Reforçar o sistema de saúde, criar uma nova geração de políticas sociais para combater a pobreza e a exclusão - nomeadamente nas periferias urbanas - eliminar bolsas de habitação indigna e fazer crescer a oferta de habitação acessível, reforçar as qualificações e competências, capitalizar as empresas, combater as alterações climáticas nomeadamente através da promoção da mobilidade sustentável. Tudo isto são áreas chave na resposta às consequências económicas e sociais da pandemia e também para a construção de um melhor futuro para o país.

Estamos num momento chave para o desenvolvimento de Portugal na próxima década. A concentração num mesmo momento do tempo da definição de todos os grandes instrumentos financeiros do país ao nível do investimento (alteração do Quadro Financeiro 2020, Plano de Recuperação e Resiliência e novo QFPlurianual 2021-2027) é uma responsabilidade pesada para a atual geração de responsáveis públicos pois é uma extraordinária oportunidade de que o país dispõe de superação da crise e de bloqueios estruturais crónicos.

Quero neste momento transmitir a expectativa e o entusiasmo com que na Área Metropolitana de Lisboa encaramos esta oportunidade única de décadas de superar antigas e pesadas vulnerabilidades de um território onde vivem quase 3 milhões de portugueses. Estas vulnerabilidades – que vão das bolsas de pobreza e exclusão sociais às carências de habitação digna nas periferias urbanas, da falta de equipamentos de saúde e educação de qualidade à ausência de um eficaz sistema de mobilidade coletiva - estão aqui presentes há décadas mas só a pandemia as tornou visíveis aos olhos de todo país. Paredes

meias com o mais próspero e desenvolvido que o país conhece, está a pobreza e exclusão mais perene, espelho da interrupção da mobilidade social ascendente e terreno fértil para a frustração, afastamento da representação institucional e extremismo.

Esta é uma oportunidade que não iremos desperdiçar. Mobilizaremos a nível metropolitano as energias e os recursos para propor e concretizar em 4 linhas fundamentais.

Em primeiro lugar, um vasto ***programa de combate à pobreza e exclusão*** através da formação e melhoria das condições de empregabilidade. Em segundo lugar um ***programa de promoção de habitação digna para todos***, através da eliminação das situações de grave carência habitacional, estruturando os territórios com nova habitação, espaços públicos e equipamentos coletivos de qualidade. Em terceiro lugar ***reforçar os programas municipais de promoção de habitação acessível***, dirigida aos jovens e famílias da classe média, pois cidades multifuncionais, com habitação, emprego, escolas e comércio local tudo a distância feitas a pé ou bicicleta, são cidades mais vivas, socialmente

sustentáveis e com melhores indicadores de qualidade de vida e saúde pública.

Em quarto lugar, concretizar de vez o que há décadas vem sendo adiado ao nível da ***criação de uma efetiva rede de transporte coletivo pesado na área metropolitana.***

Depois da criação do passe único de transporte, da criação de uma rede única maior e mais sustentável no transporte rodoviário, e antes mesmo da transferência de mais competências na gestão dos sistemas de transportes, é essencial investir nos projetos que estruturarão o mais importante: uma rede de transporte pesado, capaz de assegurar a mobilidade de todos com segurança, conforto e eficácia, libertando todos da dependência e impactos do transporte individual. Este é certamente dos desafios estratégicos que importa vencer a bem da coesão, da competitividade e da sustentabilidade do território.

Senhor Presidente,

Minhas senhoras e meus senhores,

Há uma visão estratégica e há o rumo para responder de forma inclusiva, ecológica e socialmente responsável à segunda crise no espaço de uma década. Para que isso aconteça é necessário que o país se mantenha focado no essencial.

Ninguém entenderia que, num país ainda marcado pelas feridas da última crise, os atores políticos preferissem uma crise artificial à responsabilidade da resposta à vida de milhões de portugueses

Quem, num passado recente, disse que era possível outra política económica, que não acrescentasse crise à crise tinha razão. Mas ter razão não basta. É preciso, quando confrontado com as suas responsabilidades, assumir a coragem da responsabilidade.

É justo recordarmos como a jovem República acrescentou ao debate público uma ideia de cidadania assente em direitos coletivos assegurados pela República. O direito à habitação, a importância de uma política de saúde pública e de uma escola que garantisse de iguais oportunidades para todos. Uma agenda

progressista que, mais de 100 anos depois, continua atual e tem de estar no centro das preocupações políticas.

Prosseguir a sua concretização é dar sentido hoje à comemoração da nossa República!

Viva a República!

Viva Lisboa!

Viva Portugal!